

Uma sede para o FMI no BC

economia Brasil

Paulo Brossard

Mal foi virada a primeira folha do calendário no quadriênio da reeleição, e o formidável embuste veio abaixo. O país encerrou o ano de 1998 com o pior resultado em suas transações correntes com o exterior desde 1982, déficit de quase US\$ 35 bilhões, 4,48% do PIB. A indústria, por sua vez, acusa seu pior resultado, uma queda de 2,5%. Ainda não se conhecem as proporções dos desvarios cometidos para assegurar as reeleições, que começaram com a criminosa compra de votos, fato de gravíssima gravidade que a mesma maioria que aprova todas as medidas antipopulares apresentadas pelo Executivo impediu fosse apurado. Afinal de contas, o que está acontecendo tinha mesmo de acontecer.

Após a reposse como presidente da República até 31 de dezembro de 2002, dizendo em discurso sem flama que continuaria a defender o real e a manter o câmbio, o ilustre reeleito foi-se ao mar, pois ninguém é de ferro, estacionando em uma das mais belas praias do Nordeste. O descanso durou pouco. A turbulência já tomara conta dos porões do governo. Foi ir e voltar. Desde então, ou seja, em semanas, tudo quanto se dizia que tinha a solidez do granito revelou ter a dureza do algodão. O país se pergunta o que resta do mundo encantado do doutor FH. O real, que o reeleito continuaria a defender e do qual ele não

admitia a menor correção, em horas sofreu maxidesvalorização da ordem de 40% em relação ao dólar, gerando os maiores e mais penosos efeitos para a sociedade brasileira, enganada sistematicamente pela poderosa equipe econômica, que é o pseudônimo do chefe do governo; o câmbio vestiu uma camisa listrada e saiu por aí fazendo todas as cabriologens imagináveis, todas não, porque ainda há algumas por fazer. Anuncia-se que o FMI vai revisar acordo com o Brasil e que nas negociações consta o aumento de impostos, e o governo só pensa nele, aliás, de maneira desmedida e imprudente, e o Congresso dá ao governo tudo o que o governo quer. Os juros... Antes, durante e depois da segunda posse, o reeleito afirmou que os juros, espantosamente altos e mortais, só baixariam se aprovado o ajuste fiscal e a falácia foi repetida por todos os bajuladores. O ajuste foi aprovado como o governo quis e... os juros não baixaram, ao contrário, foram elevados. Agora se diz que o aumento de juros foi "sugestão" do FMI, e, é claro, uma sugestão é uma ordem. Até ontem se dizia que juro não se baixa por decreto, embora tenha sido duplicado por decreto; agora basta uma sugestão do exterior. E é destarte que se pretende que a nação dê crédito a tais burlantins. O fato é que tudo indica que o país perdeu sua soberania, sua independência, até

sua autonomia. Passou a cumprir ordens não se sabe de que escalão de um organismo externo.

Enquanto o ministro da Fazenda parece ter-se mudado para o FMI, este "quer a presença de representante seu dentro do Banco Central" do Brasil e, embora o governo resistisse à idéia, terminou por aceitá-la. Como descumprir a exigência?

"Vai funcionar no prédio do BC, em Brasília, a representação do FMI no Brasil. A abertura dessa representação foi outra exigência feita pela cúpula da instituição. O governo resistia à idéia. O nome do representante ainda não foi escolhido, mas seu perfil está traçado. Será um técnico (ou técnica) graduado do FMI com conhecimentos de português". Já é uma deferência. Nunca jamais se vira semelhante submissão. E para tanto foi feita a reeleição. Nem o ferro em brasa seria suficiente para extirpar essa ignomínia. Foi preciso que um presidente fosse reeleito logo no primeiro turno para que tal acontecesse, e enquanto isso o dólar continua a voar, e planando anda por R\$ 1,70, R\$ 1,80, R\$ 1,95, e os dólares continuam a sair, tamanha a insegurança estabelecida. Tudo em apenas um mês do quinto ano do governo "do mais preparado dos presidentes", segundo a linguagem da corte. Justificando a alta dos juros "para evitar recessão",

"o mais preparado dos presidentes" diz que "o povo não pagará a conta". De certo, o FMI, cavalheirescamente, vai pagá-la.

Muita coisa teria ainda a arrolar desse quadro sombrio, mas não posso deixar de manifestar meu espanto pela nota que o Ministério da Fazenda fez publicar envolvendo Minas Gerais e o Rio Grande do Sul. Em primeiro lugar, as situações não são iguais e os dois estados não poderiam ser maltratados igualmente. Bem ou mal, o Rio Grande depositou em juízo a quantia de que seria devedor, e, assim o fazendo, tornou litigioso o débito, real ou suposto. Em segundo lugar, a União pode tomar certas medidas rigorosamente legais para defender o que entende ser o seu direito. Mas fazer o papel indecente de oficiosa alcoviteira junto aos bancos estrangeiros, como se eles necessitassem de ajuda assim malcheirosa, é demais. Não há precedente. E, segundo se tornou público, o papel indigno teria sido redigido e divulgado sem a ciência do chefe do governo; outra vez a versão teve a duração das rosas; da nota o chefe do governo tinha ciência. Que resta acontecer neste país para que sejam postas à venda as insígnias nacionais num leilão de antiguidades?

■ Paulo Brossard, ex-senador da República, é ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal